

# **A MARCHA PARA O OESTE E A COLONIZAÇÃO DA FRONTEIRA SUL DO ATUAL MATO GROSSO DO SUL: DESLOCAMENTOS, POLÍTICAS E DESAFIOS.**

## **THE MARCH TO THE WEST AND THE COLONIZATION OF THE SOUTHERN BORDER OF THE CURRENT MATO GROSSO DO SUL: DISPLACEMENTS, POLICIES AND CHALLENGES.**

Maxwell da Silva Amaral.<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo fazer uma análise bibliográfica do processo de colonização da região sul do antigo Estado de Mato Grosso, atual Estado de Mato Grosso do Sul, especificamente através da criação do Território Federal de Ponta Porã em 1943, pelo então governo do Estado Novo de Getúlio Vargas, impulsionado pelo programa de nacionalização, e consequente colonização nacional das fronteiras do Brasil, denominado Marcha para o Oeste. A análise perpassa pela relação de poder estabelecida entre governo e Companhia Matte Larangeira, empresa criada por Thomaz Larangeira que, por volta de 1882, ainda no Brasil Império, conseguiu a posse das terras que compreendem na atualidade boa parte do cone-sul do Estado de Mato Grosso do Sul. E não obstante a relação que a própria Companhia estabeleceu com povos nativos da região, além dos fluxos migratórios de famílias que saíram do Rio Grande do Sul e chegaram na mesma região fugindo das consequências da Revolução Federalista (1893-1895).

**Palavras-chave:** colonização, fronteira, migração

**ABSTRACT:** This article aims at the analysis of the colonization of the former southern state of Mato Grosso process, current state of Mato Grosso do Sul, specifically through the establishment of the Federal Territory of Ponta Pora in 1943 by the then New State government Getúlio Vargas, driven by the nationalization program and subsequent colonization of the national borders of Brazil called March to the West. The analysis is embraced by the established power relationship between government and Matte Larangeira Company, a company created by Thomas Larangeira that around 1882 still in Brazil Empire got the possession of the lands that today comprise much of the cone-south of the state of Mato Grosso do Sul. And despite the relationship that the Company established with native peoples of the region and migration of families who left the Rio Grande do Sul and came in the same region fleeing from the consequences of the Federalist Revolution (1893-1895).

**Keywords:** colonization, border, migration

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Sociais - Licenciatura, pela UEMS – Amambai. E pós-graduando da Especialização, lato sensu, “Instituições políticas e processos sócio-históricos”, oferecida pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Amambai.

## Introdução

Este trabalho tem como tema a colonização da região sul do atual Mato Grosso do Sul, com ênfase na política adotada pelo então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, com seu programa de desenvolvimento do Brasil usando a ocupação das regiões do Oeste brasileiro chamada Marcha para o Oeste.

Como ponto central analisa-se a colonização da fronteira, mais especificamente o Território Federal de Ponta Porã, criado pelo governo em 1943, trazendo uma análise de como o governo conseguiu expandir a ocupação dessa região, de quais regiões vieram os colonos, e qual foi a relação entre o governo e a antiga Companhia Erva Matte Larangeira<sup>2</sup> para que pudesse essa região ser colonizada, já que a Matte dominava a maior parte das terras dessa região com a extração da erva mate.

Durante o Estado Novo, o programa de migração para ocupação de territórios ditos “vazios”, como explicita Danilo Leite Moreira<sup>3</sup> em seu artigo intitulado *Dos espaços ‘vazios’ ao processo de colonização particular: uma breve história do processo de ocupação do sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul*, ocasionou um entrave com a presença da Matte, que só começou a ser resolvido através do que se pode considerar como sendo uma jogada política do governo ao criar o Território Federal de Ponta Porã, do mesmo modo, para a professora Benícia Couto de Oliveira:

Portanto, as iniciativas, como, por exemplo, a complementação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) de Campo Grande a Porto Esperança em Corumbá e o Ramal de Ponta Porã que ligava o Brasil com a república vizinha do Paraguai e da Bolívia, bem como a criação do Território Federal de Ponta Porã e a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foram idealizados com o objetivo de nacionalizar as fronteiras e desestruturar a Matte Larangeira para povoar a região. Porém, para realizar essas obras, o governo estadonovista enfrentou barreiras locais. Acredita-se que a barreira mais difícil tenha sido a Matte Larangeira, uma vez que ela

---

<sup>2</sup> A nomenclatura "Larangeira" deriva de nome familiar, por isso é grafada com a letra "g" no nome de Thomaz Larangeira, e não com "j" como seria se derivado da fruta. No entanto, optamos pela letra "g" ao tratarmos da Cia., haja vista que é um nome próprio proveniente de um sobrenome. Porém, muitos autores não a definem, e também em muitos documentos oficiais da empresa encontramos a palavra escrita tanto com "g" quanto com "j". (JESUS, 2004)

<sup>3</sup> Graduado em História, Licenciatura plena e professor do Ensino Fundamental e Médio da Escola Estadual Braz Sinigaglia – Batayporã/MS

monopolizava o arrendamento das terras devolutas povoadas por ervais.  
(OLIVEIRA, 2013, p.13)

A proposta desta pesquisa foi de buscar através de pesquisas bibliográficas as possíveis causas que levaram ao governo brasileiro a instituir um território nacional na região da fronteira entre Brasil e Paraguai. Utilizo o termo fronteira neste artigo conforme a concepção teórica de José de Souza Martins, em sua obra intitulada *Fronteira*, na qual o autor identifica as frentes de expansão e as frentes pioneiras. A primeira, impulsionada pelos grupos sociais que saem em busca de novas terras para garantir a sobrevivência e a segunda, pela exploração capitalista das terras. Sendo assim, entendo a Companhia Matte Larangeira neste trabalho como uma frente pioneira, por tratar-se de uma empresa que apropriou-se da produção de erva-mate na região do Sul de Mato Grosso, e controlou o acesso à terra por outros grupos. Já os migrantes, principalmente gaúchos, ditos como posseiros, como uma frente de expansão que em determinado momento entraram em embate com a própria Matte<sup>4</sup>. Estes conflitos estão demonstrados teoricamente na obra de Jocimar Lomba Albanez e Laercio Cardoso de Jesus, intitulada *Penetrando domínios da Matte Laranjeira*, publicada no Encontro Regional de História – ANPUH, 2010.

O local que serviu como base para as análises corresponde ao atual cone sul do Mato Grosso do Sul, num recorte geográfico específico de Ponta Porã e Amambai, sendo que do município de Amambai, entre os anos de 1963 até 1999, se desmembraram os municípios de Coronel Sapucaia, Tacuru, Paranhos, Iguatemi e Sete Quedas<sup>5</sup>. O período histórico estudado foi o do Estado Novo, que promoveu o processo de colonização de terras devolutas, a campanha da Marcha para o Oeste, lançada por Getúlio Vargas em 1938.

---

<sup>4</sup> Durante o artigo utilizei o termo Matte, para indicar a Companhia Matte Larangeira.

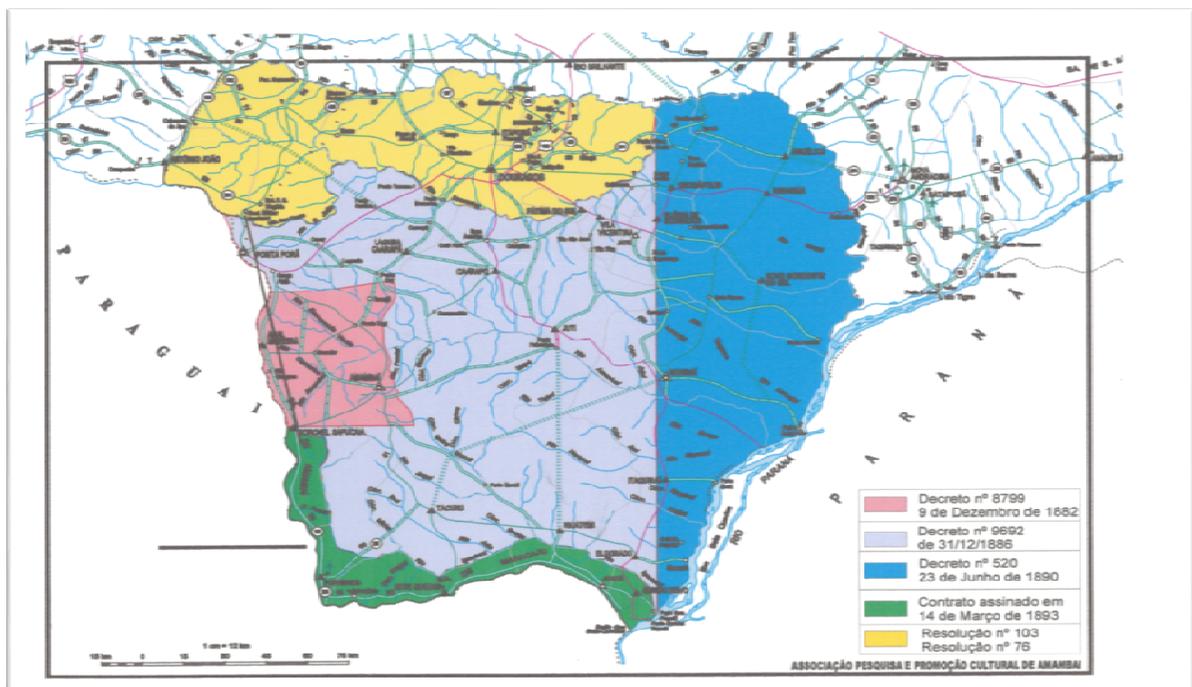
<sup>5</sup> Fonte: <http://www.amambai.ms.gov.br/cidade.php?cdSession=23>

## A relação entre Companhia Matte Larangeira e governo de Getúlio Vargas: uma questão sócio-histórica.

O monopólio da exploração da erva-mate no Sul de Mato Grosso (SMT)<sup>6</sup> teve início logo após o fim da Guerra do Paraguai, quando Thomaz Larangeira conheceu os imensos ervais presentes na região e logo procurou uma licença para explorar (NAGLIS, 2007, p. 26).

O território arrendado à Matte foi crescendo durante o Império e posteriormente pelos governos da República, conforme pode-se constatar pela figura 01, mas a partir da década de 1930 quando Getúlio Vargas assumiu o poder do país e começou uma política nacionalista, instaurando uma ditadura, e buscando o desenvolvimento econômico, surge uma necessidade, portanto, de utilizar aqueles imensos territórios, ditos vazios, colonizá-los “[...] quando se refere à ‘Marcha para Oeste’, é necessário entender a política expressa por Vargas, pois esta instigava parte da população brasileira ‘a ir para o Oeste do país, colonizar as áreas ditas ‘não povoadas’.” (MOREIRA, p. 08).

**Figura 01: Mapa das Concessões da Companhia Mate Larangeira**



Fonte: SOBRINHO, 2009, p. 42.

<sup>6</sup> Como SMT estarei reportando a Sul de Mato Grosso.

Os territórios almeçados por essa campanha foram as terras do Oeste brasileiro, onde hoje estão localizados os Estados de Goiás, Mato Grosso e o atual Mato Grosso do Sul; sendo que Mato Grosso do Sul na época não existia, somente Mato Grosso. A divisão dos dois Estados ocorreu no ano de 1977<sup>7</sup>. Ao se deparar com o monopólio das terras e de tudo o que foi produzido por elas no SMT, o governo criou, através do decreto-lei nº 5812/1943, o Território Federal de Ponta Porã, esse território era de domínio da União, incentivando a migração para aquela região.

**Figura 02 – Territórios Federais criados em 1943.**



Fonte: [http://jaccolodel.blogspot.com.br/2013\\_06\\_25\\_archive.html](http://jaccolodel.blogspot.com.br/2013_06_25_archive.html)

<sup>7</sup> O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado através da Lei Complementar n 31 do ano de 1977, assinada pelo então Presidente Ernesto Geisel, e instalado em 1979.

Com a colonização surge outro problema, de cunho social, a questão das frentes migratórias, que não devem ser vistas de forma exterior, ou seja, como um fato, mas deve ser compreendido enquanto significado de deslocamentos de culturas, trocas culturais, linguísticas, enfrentamentos com povos nativos, etc. (Cf.: MARTINS, 1997). O objetivo aqui é a compreensão desse fenômeno sócio histórico, cultural e político da colonização.

Para compreender esses fenômenos sócio históricos se fez necessário analisar a relação entre governo e companhia privada, o jogo de interesses, e buscar compreender como foi efetuada a colonização da região e analisar os motivos que levaram a criação do Território Federal de Ponta Porã, bem como a relação desses movimentos com a presença dos povos nativos da área.

### **A Companhia Matte Larangeira: o monopólio na região e os fluxos migratórios do período de 1882-1920.**

A partir do final da Guerra do Paraguai, em 1870, uma comissão de demarcação de limites percorreu o SMT, região esta ocupada pelos índios das etnias Guaraní e Kaiowá. Este território demarcado se estendia desde o rio Apa até o Salto de Sete Quedas, na cidade de Guaíra já no Estado do Paraná. Os trabalhos da comissão findaram por volta de 1874, delimitando a fronteira entre Paraguai e Brasil. Thomaz Larangeira, um dos integrantes dessa comissão observou a abundância de pés de erva-mate nativos da região e, não obstante, o excedente de mão de obra que a Guerra deixou à disposição. Por meio do Decreto Imperial, nº 8799, de 9 de dezembro de 1882, Larangeira conseguiu o arrendamento dessas terras, para dar início a exploração da erva-mate. Em 1891, através do decreto n 436C assinada pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura Manoel Deodoro da Fonseca<sup>8</sup>, surge a Cia Matte Larangeira, em conjunto com a família Murtinho. Em 1902 o controle da empresa sai das mãos de Thomaz Larangeira, tornando-se Companhia Larangeira Mendes & Cia, com sede em Buenos Aires.

A empresa expandiu seu poder e monopólio durante os anos, obtendo através de decretos o controle sobre a exploração da erva-mate da região perpassando o final do Império

---

<sup>8</sup> <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=47702&norma=63474>

e o advento da República, “tornando-se um dos maiores arrendamentos de terras devolutas do regime republicano em todo o Brasil para um grupo particular” (ARRUDA, 1985, p. 218).

A mão de obra, constituída por paraguaios e indígenas, que eram responsáveis pela coleta da erva e secagem, bem como por todo o processo de carregamento e deslocamento dos fardos. No artigo intitulado *Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia Matte Larangeira: negociações e conflitos*, Antônio Brand, Eva M. L. Ferreira e Fernando Augusto Azambua de Almeida indicam as condições de trabalho a que esses grupos eram submetidos:

Havia distintas formas de pagamento do trabalhador índio. Alguns falam de pagamento em dinheiro (em mil réis, ou em pesos paraguaios). João Aquino afirma que o pagamento era feito em mercadorias (roupas, cobertores, machetes e comida). Ao que parece, existiam diversas formas de pagamento, sendo a mais comum apenas o fornecimento de produtos como pagamento, sendo poucos os casos em que o trabalhador obtinha saldo em dinheiro. Segundo Serejo “caso raríssimo mesmo - nos ervais, um peão com Haber na caderneta”. Arruda (1989:151 e ss) situa a estratégia do “adiantamento” nos armazéns da Companhia como forma de “selar o compromisso”, sendo um “forte mecanismo de forçar a manutenção dos trabalhadores nos ervais”. Conclui que a estratégia do adiantamento como forma de “prender o trabalhador aos ervais através da dívida foi usado por mais de meio século” (BRAND, FERREIRA, ALMEIDA, p. 05)

Justamente por serem desta região de fronteira, os paraguaios e os índios foram a mão de obra preponderante a trabalhar para a Companhia, não somente por causa da origem, mas também pelo fato de serem a opção de trabalho que eles tinham disponível e eram submetidos, caso não aceitassem a oferta da Companhia os mesmos eram ameaçados, ou seja, não tinham como buscar outras formas de subsistência nesta região naquele período. A questão da mão de obra paraguaia e indígena na Matte muitas vezes se confunde, pois a historiografia as vezes procura limitar os conceitos usuais entre indígenas e paraguaios, por isso alguns autores negam a existência de mão de obra indígena nos domínios da Matte.

Não obstante ao processo de monopólio das terras e da extração de erva-mate, alguns fluxos migratórios ocorreram para esta região, movidos principalmente pela Revolução Federalista (1893 – 1895) conforme indica Walter Guedes da Silva<sup>9</sup> em seu artigo intitulado

---

<sup>9</sup> Doutor em Geografia Humana pela FFLCH/USP. Professor Adjunto do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

*Controle e domínio territorial no sul do Estado de Mato Grosso: uma análise da atuação da Cia Matte Larangeira no Período de 1883 a 1937*, segundo o autor.

Com a Revolução Federalista ocorrida no Rio Grande do Sul, vários gaúchos, fugindo das consequências da Revolução - seja pela destruição de suas propriedades, seja pela perseguição política, aproveitaram a oportunidade para ocupar as terras na região de domínio da erva-mate. Aposar das terras devolutas e introduzir a pecuária bovina ou o extrativismo da erva-mate era uma boa alternativa para os que almejavam se tornar proprietários, uma prática comum na época. Sobre os migrantes gaúchos, Figueiredo (1967, p. 220) afirma: “Organizaram-se caravanas, ou ‘comitivas’, que fugindo do problema político ou por terem suas propriedades destruídas ou, ainda, por procurar melhor sorte, demandaram as regiões centrais, engrossando a população matogrossense”. (GUEDES DA SILVA, 2011, p.108-109)

A migração desses gaúchos se deu por volta dos anos de 1895 até cerca de 1920, por ter terras vastas nessa região. Alguns desses primeiros migrantes formaram nesta região grupos oligárquicos que originaram monopólios da produção pecuária e conseqüentemente em poder político representado pela figura dos Coronéis, durante os anos de 1889 a 1943 (CORRÊA, 2006, p. 18-19).

A relação entre migrantes gaúchos e a Companhia não era muito tranquila, a empresa impedia que os colonos se apoderassem de terras nas quais se encontravam os ervais e esses migrantes por vezes entravam em embate com a Companhia reivindicando o poder sobre esses territórios;

[...] embora a Companhia Matte Larangeira tivesse exercido o controle sobre a região dos ervais, esse poderio por várias vezes foi colocado em cheque pelos migrantes, sobremaneira pelos gaúchos, que defendiam o parcelamento das terras dos ervais. Cabe lembrar aqui a eliminação da guarda aduaneira por Bento Xavier e Felipe Brum que, para Arruda, “foi o primeiro momento em que apareceu claramente a participação dos gaúchos em uma ação contra a Matte” (OLIVEIRA, 1997, p. 49).

O poder estabelecido pelos monopólios tanto pecuários quanto ervateiros na região, sofreram mudanças principalmente no que tange à Companhia Matte Laranjeira, a partir do ano de 1937 com o advento do Governo de Getúlio Vargas e de seu proposto Estado Novo.

## **O embate de interesses: Companhia Matte Larangeira *versus* Marcha para o Oeste.**

A partir de 1937 o então presidente Getúlio Vargas instaura no país um regime autoritário que durou até 1945, o chamado Estado Novo. O principal foco do Estado Novo foi uma política de nacionalização e de desenvolvimento econômico do país. Um dos programas que contribuíram para o povoamento não-indígena da região sul do então Mato Grosso e demais regiões do oeste brasileiro, pouco explorado foi a chamada Marcha para o Oeste.

O programa de colonização inaugurado neste período tinha o objetivo de destronar o poderio econômico de capitais estrangeiros no país como era o caso do monopólio ervateiro e territorial da Matte. Iniciou-se então uma série de medidas que culminaram na extinção da Companhia, a primeira dessas medidas foi a constituição de 1937 que proibia a concessão de terras num espaço de 150 quilômetros contíguos da linha de fronteira. Já em 1941 Vargas não autoriza a renovação de contrato de arrendamento com a Matte e anuncia a colonização dos ditos “espaços vazios” contrariando os interesses da empresa que apesar disso rebateu o discurso oficial e esforçou-se para demonstrar que poderia contribuir para o avanço do desenvolvimento brasileiro promovendo a implantação das pequenas propriedades na região.

Esse confronto resultou na criação de uma outra empresa de segurança pela Matte. Dessa forma, ela se reorganizava cada vez que se sentia ameaçada. Quando Vargas anunciou que o objetivo da Marcha era suprimir o “vazio demográfico”, a Matte se manifestou. Ironicamente, a necessidade de se contrapor a proposta de uma nova organização espacial, baseada na pequena propriedade e de integração à Nação, pretendida pela “Marcha para o Oeste”, acabou por fazer a Matte Larangeira anunciar seu discurso de “contribuição” para o ‘progresso, nacionalização e civilização’ daquela região, desmontando a imagem de ‘espaço vazio’ ao revelar a sua real ocupação (OLIVEIRA, 2007, p. 129).

Assim, a companhia era vista não como uma empresa nacional pelos opositores, mas sim como estrangeira, fato que engrossava mais as críticas à permanência dela no poder na região. Em 1943 o governo de Vargas criou o Território Federal de Ponta Porã,

[...] criado pelo Decreto-Lei nº 5.812 em 13 de setembro de 1943, abrangia a porção territorial constituída pelos municípios (na época) de Bela Vista, Dourados, Miranda, Porto Murtinho, Nioaque, parte de Corumbá e Ponta Porã, sendo que neste último ficou situada a capital do novo território. (OLIVEIRA, p.20, 2013).

Juntamente com os demais Territórios Federais criados no mesmo decreto<sup>10</sup>, o governo deu continuidade ao seu programa de nacionalização das fronteiras, mas mais do que isso, por questão de ordem, o governo criou esse território com a intenção de desestruturar o poder da Matte, retirando do Estado de Mato Grosso o poder sobre essas terras e transferindo para si a administração delas.

Dessa forma, o governo de Getúlio Vargas garantiu que uma empresa que era mais estrangeira do que nacional perdesse território, e colonos brasileiros, impulsionados pela campanha da Marcha pudessem se instalar nesta região, e também garantir que aqueles que vieram durante a Revolução Federalista pudessem reivindicar para si o poder total sobre as concentrações de terra chamadas devolutas (Cf.: LENHARO, 1986).

Vale ressaltar, porém, que a criação do Território Federal não foi uma política pública do governo, não houve a pretensão do bem estar social (Cf.: OLIVEIRA, 2013), o que o governo de Vargas fez foi uma estratégia de poder, para retirar o monopólio das mãos da Companhia e nacionalizar a fronteira.

### **Considerações finais.**

Dentre as várias nuances que a história apresenta, destacou-se neste texto as estratégias estabelecidas pelo Estado Novo de Getúlio Vargas para desestruturar um monopólio de terras estabelecido por uma empresa que explorava a mão de obra nativa da região e concomitante a matéria prima da mesma, a erva mate.

A exploração econômica da erva levou ao processo de exploração de trabalho indígena e também a mão de obra paraguaia no SMT, por quanto a Matte esteve com o poder sobre a produção, marcando as relações que se estabeleceram entre a empresa e os povos que já viviam nesta região, e que foram obrigados a servir aos seus interesses por meio de ameaças.

---

<sup>10</sup> Conforme o decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943 foram criados também os Territórios de: Amapá, Rio Branco, Guaporé e Iguassú. Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De15812.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De15812.htm)

Este monopólio começou a ser confrontado por ocasião da Revolução Federalista que ocorreu no sul do país, especificamente na província do Rio Grande do Sul, a qual resultou na destruição de terras e de propriedades familiares, o que impulsionou essas famílias a se deslocar para a região da fronteira entre Brasil e Paraguai, destacando a região entre Ponta Porã e Sete Quedas, e ao se instalarem nesta região, que era de domínio da Matte, entraram na contramão aos domínios da mesma.

Os migrantes contribuíram para o surgimento de algumas cidades da região do SMT, como é o caso de Amambai que começou a ser povoada por volta de 1903 e estabeleceram uma relação política paralela ao da Matte, os chamados Coronéis que comandavam a região e eram quem estabeleciam as relações com a empresa.

Com o advento do Estado Novo, a ditadura instaurada por Getúlio Vargas em 1937, seguiu os rumos dos ideais que estavam presentes na mentalidade política da época, a de nacionalização do país. A campanha do governo de Getúlio Vargas encontrou um entrave ao se deparar com a Companhia Matte Larangeira, uma empresa que possuía maior capital estrangeiro do que nacional, que escoava sua produção pelo Rio Paraguai e posteriormente Rio Paraná, e com sede em Buenos Aires na Argentina. Vargas então empreende estratégias para retirar da companhia o poder sobre as terras da região, lançando a Marcha para o Oeste, com a intenção de colonizar não somente o SMT, mas outras regiões como Goiás, Acre, o Oeste do Paraná, Santa Catarina, e Rondônia, que possuíam terras consideradas “vazias”.

O discurso de territórios vazios que precisavam ser colonizados foi revertido pela Matte, numa intenção de demonstrar que esta contribuía para o avanço da economia nacional, mas, a negativa do Estado de Mato Grosso à petição do governo para ceder terras que estavam sob o poder da Companhia, resultou na não renovação do contrato de arrendamento da mesma pelo governo.

A intenção do governo na criação do Território Federal de Ponta Porã e o incentivo do mesmo a brasileiros para colonizar esses espaços, não foi uma política voltada para a garantia do desenvolvimento social dos migrantes, muito menos na proteção dos índios que aqui viviam, ressaltando que a colonização desta região a partir da Marcha para o Oeste implicou em relocações desses povos nativos de forma arbitrária, uma questão que se reflete na contemporaneidade.

Pode-se afirmar, a partir dessa compreensão, que o programa Marcha para o Oeste, instaurado por Getúlio Vargas, foi uma estratégia política e econômica de nacionalização de fronteiras, e que dentre outros objetivos buscou a desestruturação do monopólio da Companhia Matte Larangeira, encarada como uma empresa que ameaçava a soberania nacional e o estabelecimento de fronteiras claras com países vizinhos.

### Referências Bibliográficas

ALBANEZ, J. L. ; JESUS, L. C. *Penetrando domínios da Matte Larangeira: produtores independentes e frentes pioneiras*. ANPUH, 2010.

ARRUDA, G. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Londrina: Editora da UEL, 1997.

BRAND, A.; FERREIRA, E.M.L; AZAMBUJA DE ALMEIDA, F. A. Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia Matte Larangeira: negociações e conflitos. In: *Anais da ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina - PR, 2005.

CORRÊA, V. B. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1989-1943)*. 2ª. edição. Campo Grande: UFMS, 2006.

GUEDES DA SILVA, Walter. Controle e domínio territorial no sul do Estado de Mato Grosso: uma análise da atuação da Cia Matte Larangeira no Período de 1883 a 1937. In: *Revista Agrária*. USP - São Paulo, n°. 15, 2011, p, 102-125.

LENHARO, A. A. *Terra Para quem Nela Não Trabalha: (A especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50)*. In: *Revista Brasileira de História*, v. 6, n. 12. 1986b.

MARTINS, J. S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MOREIRA, D. L. *Dos espaços "vazios" ao processo de colonização particular: uma breve história do processo de ocupação do sul de mato grosso, atual mato grosso do sul*. Disponível em: <http://www.finan.com.br/pitagoras/downloads/numero3/dos-espacos-vazios-ao-processo.pdf>

NAGLIS, S. G. B. “Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto” *Os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1946-1960)*. Dissertação (Mestrado em História) - UFGD, Dourados, 2007.

OLIVEIRA, B. C. *O Estado Novo e a nacionalização das fronteiras: a ocupação estratégica do Sul de Mato Grosso*. *Fronteiras*. Revista de História. Dourados, 2002.

\_\_\_\_\_. *Histórias que (re)contam história: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul*. UFGD, 2013.

SOBRINHO, A. P. *Amambai, memórias e história de nossa gente*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

***ARTIGO RECEBIDO EM: 15/08/2014***  
***ARTIGO APROVADO EM: 30/09/2014***